

UNIVERSIDADE FEDERAL DO CEARÁ  
FACULDADE DE ECONOMIA, ADMINISTRAÇÃO, ATUÁRIA E  
CONTABILIDADE  
CURSO DE CIÊNCIAS ECONÔMICAS

A CONSOLIDAÇÃO DO PROCESSO DE INDUSTRIALIZAÇÃO  
BRASILEIRO — UMA VOLTA ÀS ANÁLISES DE FURTADO.

JOSÉ GILDEMAR MACEDO JUNIOR  
MATRÍCULA 9032517

FORTALEZA (CE), DEZEMBRO DE 1994.

Esta monografia foi submetida à Coordenação do Curso de Ciências Econômicas, da Faculdade de Economia, Administração, Atuária e Contabilidade, como requisito parcial necessário a obtenção do Título de Bacharel em Ciências Econômicas, outorgado pela Universidade Federal do Ceará, encontrando-se à disposição dos interessados na Coordenação do Curso.

A citação de qualquer trecho deste trabalho de pesquisa é permitida, desde que seja feita de conformidade com as normas da ética científica.

---

José Gildemar Macedo Junior

Monografia aprovada em \_\_\_\_\_ de Dezembro de 1994.

---

Prof. Roberto Smith  
Orientador

---

Prof. Jair do Amaral Filho

---

Prof<sup>a</sup> Cleide Bernal

Este trabalho é dedicado aos meus pais, JOSÉ GILDEMAR DE MACEDO e ENOI DE MORAES SANTOS MACEDO, pelo amor que me dedicaram e pela oportunidade, mantida a custo de tanto esforço e sacrifício, e também aos meus irmãos, GILMÁRIO e NATYELLE, pelas suas presenças tão marcantes em minha vida.

O êxito deste trabalho deve-se em muito à valiosa orientação do Prof: ROBERTO SMITH, que se mostrou sempre atencioso e interessado, e aos comentários e críticas do Prof: JAIR e da Prof<sup>ª</sup> CLEIDE.

## SUMÁRIO

INTRODUÇÃO .....	01
CAPÍTULO I - UMA RESENHA DO DESENVOLVIMENTO DO CAPITAL INDUSTRIAL NO BRASIL .....	06
CAPÍTULO II - A ARGUMENTAÇÃO FURTADIANA .....	16
CAPÍTULO III - CRÍTICA À TESE ESTRUTURALISTA .....	22
CONCLUSÃO .....	29

## INTRODUÇÃO

A Revolução Industrial, que marca o nascimento de um modo especificamente capitalista de produção, provocou mudanças substanciais na conformação do contexto econômico mundial. No Brasil, especificamente, ela se contrapôs ao antigo sistema colonial e decretou o seu fim com a abertura dos antigos mercados exclusivistas aos produtos industrializados e com o estímulo a um novo modelo de organização da produção que viabilizasse a oferta em massa de alimentos e matérias primas para exportação, como forma de baratear os preços internacionais desses produtos e, por conseguinte, os custos de reprodução da força de trabalho dos países centrais.

O desenvolvimento de um modelo primário exportador, baseado na produção de matérias primas e alimentos e na realização externa dessa produção, perdurou por todo o período compreendido entre o final do século XIX e início do século XX e promoveu a ampliação do incipiente mercado interno que estimulou, por sua vez, o aumento de atividades voltadas a esse mercado.

A partir desse ponto, surge uma grande polêmica sobre as origens do capital industrial brasileiro e sobre os reais motivos que impulsionaram o desenvolvimento da industrialização do Brasil. SUZIGAN (1986) identifica claramente quatro interpretações principais a respeito do desenvolvimento industrial brasileiro a partir de uma base agrícola exportadora. São elas:

- a “Teoria dos Choques Adversos”, que defende que a industrialização no Brasil é uma resposta às dificuldades impostas às importações pelos choques da Primeira Guerra Mundial(1914-18), da Grande Depressão da década de 1930 e da Segunda Guerra Mundial(1939-45);

- a ótica da industrialização liderada pela expansão das exportações, que argumenta que o crescimento industrial no Brasil ocorreu em períodos de expansão das exportações(principalmente café) assim como a estagnação, em períodos de crise do setor exportador;

- a interpretação baseada no desenvolvimento do capitalismo no Brasil( ou o “Capitalismo Tardio”), segundo a qual a expansão da economia cafeeira ao mesmo tempo que estimulou o crescimento industrial, impôs limites a esse crescimento;

- a ótica da industrialização intencionalmente promovida por políticas de governo, que reconheceu nas políticas de proteção tarifária e de financiamento, os promotores do desenvolvimento industrial brasileiro. (SUZIGAN (1986, pp.21-22)).

No presente trabalho, adotamos como ponto de referência a argumentação clássica de um autor que desenvolveu sua tese com base na Teoria dos Choques Adversos, embora sua interpretação represente uma versão diferente pois aplica-se, exclusivamente, à década de 1930. A obra de Celso Furtado, ponto de partida para quase todos os trabalhos sobre industrialização brasileira, distingue dois momentos do desenvolvimento industrial brasileiro: antes de 1930, quando considera o desenvolvimento industrial desse período induzido pela expansão do setor exportador, e após 1930, quando a crise do setor exportador, fruto da crise do café e da Grande

Depressão, provoca mudanças estruturais que afetam o panorama da economia nacional, iniciando assim a passagem do regime de acumulação baseado na exportação de produtos primários para o regime de acumulação com base na substituição de importações, o que marca a arrancada da industrialização brasileira.

Às análises de Furtado surgem críticas em várias direções. As principais centram-se na controvérsia acerca dos efeitos da crise do café e da Grande Depressão sobre a economia brasileira. Quais sejam:

- o impacto da política de defesa do café sobre os níveis de renda;
- a proteção à indústria de transformação;
- a transferência de recursos do setor cafeeiro para outras atividades, inclusive a indústria.

Fomenta-se assim uma ampla discussão em torno da obra de Furtado e dos vários argumentos que ele utiliza para explicar o desenvolvimento da indústria brasileira.

O objetivo principal do nosso trabalho é analisar os argumentos que explicam o desenvolvimento da indústria brasileira e suas mudanças estruturais em consequência do choque do café e da Grande Depressão. A partir do estudo clássico de Celso Furtado sobre o assunto, confrontaremos críticas e análises alternativas que nos permitam o máximo esclarecimento possível sobre o fenômeno estudado.

As partes em que se subdivide o presente trabalho foram programadas da seguinte maneira:



O capítulo introdutório faz um resumo histórico do processo de industrialização, tentando abordar os momentos mais decisivos, desde as suas origens até o período chave para o presente trabalho que é a década de 1930, no contexto mais geral da controvérsia que se estabeleceu com as principais interpretações sobre o assunto. Este capítulo é dividido em três tópicos:

1. abordaremos a gênese do capital industrial e discutiremos os efeitos da crise do Encilhamento( 1890-91);
2. visualizaremos o panorama do capital industrial brasileiro no contexto da Primeira Guerra Mundial(1914-18);
3. analisaremos o impacto sobre a indústria nacional da crise do café e da Grande Depressão da década de 1930.

O segundo capítulo expõe, de maneira sucinta, a essência do pensamento de Furtado relativo à industrialização do Brasil. Destacaremos os efeitos da crise do café e da Grande Depressão sobre a industrialização nacional, assim como também, as razões que, segundo Furtado, explicariam o pequeno impacto da Grande Depressão sobre a economia nacional e a sua rápida recuperação logo a partir de 1932.

No terceiro capítulo, confrontaremos a análise de Furtado com a de um ferraz opositor seu. Peláez propõe uma reformulação da "Tese Furtado" criticando a "Teoria dos Choques Adversos", e reinterpretando os estágios iniciais da industrialização do Brasil como forma de pôr a mostra as fragilidades daquela forma de pensar as origens do desenvolvimento industrial nacional.

No quarto e último capítulo, daremos uma visão geral do trabalho, tecendo alguns comentários conclusivos e críticas às duas análises anteriores.

Dessa forma, encerraremos o presente trabalho convictos de que a discussão e o melhor conhecimento da história econômica de um país são fundamentais para que se conheça as suas especificidades e os determinantes da sua trajetória.

## CAPÍTULO I

### RESENHA DO DESENVOLVIMENTO DO CAPITAL INDUSTRIAL NO BRASIL.

Neste capítulo inicial nos propomos a fazer um relato sumário do desenvolvimento do capital industrial no Brasil, desde sua origem até a década de 30 do século atual, tentando fazer uma abordagem das principais interpretações sobre o assunto nos seus momentos mais decisivos. Assim dividimos o capítulo em três subseções:

i) abordaremos a gênese do capital industrial e discutiremos os efeitos da crise do Encilhamento(1889-1891);

ii) visualizaremos o panorama do capital industrial brasileiro no contexto da 1ª Guerra Mundial(1914-1918);

iii) analisaremos o impacto sobre a indústria nacional da crise do café e da Grande Depressão da década de 1930.

Este esforço no sentido de expor a essência do desenvolvimento, paulatino, da indústria nacional, no período descrito, tem por objetivo criar um recurso de apoio para a análise que será desenvolvida em seguida, situando o leitor no contexto da discussão.

i) A Gênese do Capital Industrial e a crise do Encilhamento:

Existe uma controvérsia quanto a precisão do período no qual tem origem o capital industrial no Brasil. Para BAER(1975), até meados do século XIX não ocorreu qualquer desenvolvimento industrial digno de menção. A economia brasileira dependia, até então, basicamente da exportação de produtos primários. Foi assim que se sucederam, respectivamente, os ciclos do pau-brasil, açúcar, ouro, diamante, borracha, algodão e cacau. Esse entrave no processo de industrialização deveu-se, segundo Baer, à política mercantilista portuguesa, que proibia qualquer tipo de desenvolvimento industrial na colônia, aos privilégios especiais outorgados à Inglaterra - país que vivia um ciclo de desenvolvimento da sua indústria de manufaturas e de bens de capital - através de tratados comerciais e à política comercial baseada no livre cambismo predominante durante a maior parte do período do império(1822-1889). "Por exemplo, de acordo com o censo industrial de 1920, de 13.336 estabelecimentos existentes somente 35 eram anteriores a 1850 e apenas 240 tinham sido fundados antes de 1880."( BAER (1975, p.10))

SUZIGAN(1986), ao contrário, argumenta que o desenvolvimento industrial vinha sendo estimulado desde a época dos ciclos econômicos quando os produtos básicos de exportação ainda se concentravam em áreas como o Nordeste e Minas Gerais e, de fato, ele mostra que investimentos substanciais vinham sendo feitos desde então, particularmente em fábricas de tecidos, fábricas de chapéus, fábricas de

calçados e algumas indústrias metal-mecânicas(SUZIGAN (1986, pp.45-46)). Entretanto, esse desenvolvimento industrial, segundo ele, foi marcado pelo seu caráter artesanal, de pouca expressividade econômica.

Por outro lado, alguns autores tais como MELLO(1975), SILVA(1976), CANO(1977) e AURELIANO(1891) afirmam que a "gênese" do capital industrial ocorreu no século passado, a partir da segunda metade da década de 1880. Esses autores associam a formação do capital industrial a um ciclo de expansão das exportações de café, ocorrido nesse período, que teria permitido um elevado acúmulo de capital. "De fato, foi nesse período que se estabeleceram grandes fábricas de tecidos e que outras indústrias começaram a se desenvolver, incluindo fábricas de sacarias de juta, moinhos de trigo, cervejarias, fábricas e alguns ramos das indústrias metal- mecânica, tais como os produtores de pregos e parafusos, canos de chumbo, peças e acessórios para vagões ferroviários e bondes, etc"(SUZIGAN (1986, p.45)), o que comprova a existência de um já diversificado aparelho produtivo nessa época. SILVA(1976), principalmente, ressalta também a importância do contexto internacional, sobretudo porque após a Revolução Industrial (que aconteceu a partir da segunda metade do século XVIII) é definida uma nova divisão internacional do trabalho, motivando o interesse dos países desenvolvidos, principalmente Inglaterra, pela exportação de bens de capital.

Fishlow(1972) é mais específico ainda e localiza nos anos de 1890-1891 as primeiras manifestações do processo de industrialização substitutiva de importações, em decorrência do episódio do Encilhamento(VERSIANI e VERSIANI(1975, pp.122-123)). É importante

ressultar que Fishlow considera o crescimento industrial ocorrido antes de 1930 como Industrialização Substitutiva de Importações.

O episódio do Encilhamento(1889-1891) e os seus efeitos sobre a indústria são pontos sobre os quais desenvolve-se também uma controvérsia. O período do Encilhamento é considerado, de uma maneira geral, como um período de intensa especulação financeira, no início do período republicano, seguido por uma grave crise no mercado de valores. Está associado a implementação de uma reforma bancária, que ampliou o estoque de moeda e facilitou o crédito, e com a introdução de normas mais liberais para a formação de sociedades anônimas(SUZIGAN (1986, p.46)). Tais medidas foram tomadas em resposta à insuficiência de moeda que se verificou com a necessidade de contratar mão-de-obra assalariada, após a libertação dos escravos em 1888.

STEIN(1979, pp.97-99 e 104-105), estudando o caso da indústria têxtil algodoeira, argumenta que a crise do Encilhamento trouxe aspectos positivos para o desenvolvimento industrial. Em primeiro lugar, representou uma tentativa de romper com a tradicional estrutura agrária identificada com o regime imperial. Em segundo lugar, a expansão do estoque de moeda e as facilidades de crédito estimularam um efetivo aumento do investimento industrial, fundando-se novas e maiores fábricas de tecidos de algodão e expandindo-se as já existentes. Finalmente, estimulou uma campanha em favor do apoio governamental à indústria de transformação que resultou num empréstimo especial de 100.000 contos a essa indústria, assim como também, uma política de maior proteção a essa indústria(SUZIGAN (1986, p.46)).

FISHLOW(1972, pp.12-13)), seguindo as idéias de Stein, salienta o estímulo dado pela desvalorização do mil-réis em relação a libra, em meados de 1891, ao crescimento da produção industrial, uma vez que essa depreciação aumentou o preço relativo das importações.

SUZIGAN(1986, pp.47-48), corrobora a análise original de Stein, evidenciando através de dados sobre a exportação de maquinaria industrial para o Brasil, sobre o número de novas empresas industriais estabelecidas e sobre a expansão da capacidade de produção das empresas existentes, que o investimento industrial aumentou substancialmente durante o Encilhamento. Segundo ele:

" ... as exportações de maquinaria industrial para o Brasil aumentaram cerca de 30% em 1890 e mais 70% em 1891! "

" ... durante o Encilhamento, foram estabelecidas grandes fábricas de algodão no Nordeste, em São Paulo e na própria área do Rio de Janeiro. Foram também realizados substanciais investimentos em outras indústrias, tais como sacarias de juta, tecidos de lã, moinhos de trigo, cervejarias, fábricas de fósforo e indústria metal-mecânica."(SUZIGAN (1986, p.48)).

Autores como MELLO(1975, pp.157-159) e CANO(1977, pp.73 e 145-147) acrescentam ainda que medidas como "... a assistência governamental à agricultura após a abolição da escravatura, a reforma bancária e o conseqüente aumento no estoque de moeda, o direito concedido aos bancos comerciais para investir na indústria e em outros

empreendimentos e a nova legislação sobre sociedades anônimas"(SUZIGAN (1986, p.47)) provocaram uma intensa acumulação de capital e criaram condições favoráveis para a transferência de capital do setor mercantil cafeeiro para o setor industrial em pleno auge exportador no início da década de 1890.

Por outro lado, VERSIANI e VERSIANI(1977, pp.136-138) elaboraram um ponto de vista diferente sobre os efeitos da crise do Encilhamento. Segundo eles, a expansão do capital verificado em cinco das maiores fábricas de tecidos de algodão registradas na Bolsa de Valores do Rio de Janeiro na época, não implicou em aumento proporcional da capacidade da indústria têxtil, pois a maior parte da expansão ocorrida(72%) resultou na distribuição de bonificações. " Além disso, apenas 57% do total de ações novas emitidas foram subscritas e integralizadas durante o período do Encilhamento."(VERSIANI e VERSIANI (1975, p. 137)), o que comprova a imaturidade dos mercados financeiro e bolsista do Brasil na época.

LEFF(1982, p.170) segue ao encontro das conclusões de Versiani e Versiani. Com base em evidências sobre datas de fundação de empresas industriais, ele conclui que o período do Encilhamento, marcado por uma rápida inflação e expansão do mercado de valores, não foi de especial importância para o início da industrialização brasileira.



ii) O Capital Industrial e a 1ª Guerra Mundial(1914-1918).

O período da primeira guerra mundial constitui um corte importante na análise do desenvolvimento industrial brasileiro. Aqui também existem controvérsias sobre os verdadeiros impactos desse primeiro grande conflito mundial na indústria interna.

Na visão tradicional, que tem como argumento a "Teoria dos Choques Adversos", a guerra trouxe efeitos positivos para a indústria interna de transformação. Segundo essa escola de pensamento, a Primeira Guerra Mundial marca o primeiro e substancial surto de Industrialização Substitutiva de Importações.

A primeira revisão dessa interpretação surge com DEAN(1976, cap.6). Para ele, a guerra provocou uma interrupção nos fluxos normais de comércio exterior e isso afetou negativamente o processo de desenvolvimento industrial, uma vez que este último era estimulado pela expansão das exportações. Dean nega a análise tradicional "... apontando para as dificuldades de importar matérias-primas e maquinarias como um fator limitativo do crescimento da produção e do investimento industrial durante a guerra."(SUZIGAN (1986, p.49)). Segundo a argumentação de Dean, o aumento da produção verificado se deu graças à capacidade de produção já existente e esse aumento da produção está atrelado às indústrias que estavam exportando.

FISHLOW(1972) é o primeiro a revisar as proposições de Dean. Baseado no estudo da indústria têxtil algodoeira, ele reafirma o estímulo à substituição de importações dado pela guerra, ressaltando que, embora a

capacidade de produção não tenha aumentado, verificou-se um aumento dos lucros que, mais adiante, financiaria novos investimentos. A substituição de importações se deu, segundo Fishlow, portanto, com a utilização da capacidade instalada existente. Finalmente, ele rebate as colocações de Dean quanto a escassez de insumos importados, dizendo que este vazio foi compensado pelo crescimento da oferta interna.

VERSIANI e VERSIANI(1977, pp.131-141)), embora se baseiem em dados de apenas uma empresa do setor têxtil, apóiam a interpretação de Fishlow afirmando que a guerra estimulou o aumento da produção e dos lucros da indústria têxtil e que esses lucros permitiram uma expansão, subsequente à guerra, da capacidade de produção, tendo sido, portanto, importante para o desenvolvimento da indústria têxtil.

SILVA(1976) e CANO(1977) argumentam que, durante a guerra, tanto a produção quanto o investimento aumentaram, negando que o enfraquecimento da economia cafeeira no período tenha afetado a indústria de transformação de São Paulo.

Já para MELLO, a primeira guerra, num primeiro momento, reaquece a indústria de transformação mergulhada em recessão no período 1913-14, e contribui, num segundo momento, para a utilização do excesso de capacidade de produção industrial instalado entre 1910 e 1913, em consequência da elevação da demanda por produtos internos.

iii) O Desenvolvimento Industrial Brasileiro a partir da Crise do Café e da Grande Depressão.

O comportamento da indústria nacional no contexto da Grande Depressão é debatido pelas diversas escolas de pensamento segundo as interpretações imperativas a cada uma. O argumento tradicional dos choques adversos defende que a crise do setor cafeeiro e a Grande Depressão afetaram, sobremaneira, o setor externo da economia e impuseram restrições às importações motivando assim a oferta interna de produtos antes supridos, preferencialmente, por importações. Duas versões desse argumento podem ser identificadas quando se trata desse período: a "versão extrema", que estende essa forma de análise à primeira guerra mundial e à segunda guerra mundial e se considera, portanto, uma teoria de aplicação geral, e a de Furtado e Tavares que são específicas ao período da Grande Depressão(SUZIGAN (1986, p.23)).

Pela ótica da industrialização motivada pela expansão das exportações, DEAN(1976) afirma que a crise mundial durante a década de 30 não favoreceu o crescimento industrial, ao contrário, o inviabilizou.

NICOL(1974), por sua vez, considera a década de 30 como um período de Industrialização Substitutiva de Importações, embora defenda a relação direta entre o desenvolvimento do setor exportador(café) e o desenvolvimento industrial no período anterior.

Para a ótica do "Capitalismo Tardio" que tem em SILVA(1976), MELLO(1975), CANO(1972) e AURELIANO(1981) seus principais

contribuintes, a crise do café e a Grande Depressão rompem o padrão de acumulação de capital baseado no comércio do café, tornando a acumulação de capital industrial mais independente do capital cafeeiro. É importante ressaltar que essa interpretação difere da defendida por Dean e Nicol uma vez que propõe uma relação não linear(ou "contraditória") entre o setor exportador e a indústria de transformação.

Este último período abordado é muito importante para o desenvolvimento do presente trabalho, pois os capítulos subsequentes também abordarão, especificamente, esse mesmo período do desenvolvimento da indústria nacional e suas características particulares sobre a ótica de FURTADO(1987), fundamentalmente, e de outros autores que apresentam uma análise alternativa e crítica à de Furtado, tais como PELÁEZ(1972), SUZIGAN(1986) e SILBER(1975).

## CAPÍTULO II

### “A ARGUMENTAÇÃO FURTADIANA”

Neste capítulo procuraremos mostrar a essência do pensamento de Celso Furtado quanto ao desenvolvimento da indústria brasileira a partir de uma base agrícola exportadora.

Até o início da década de 1930, o desenvolvimento de atividades voltadas para o mercado interno estava subordinado à expansão do comércio exterior. A expansão das exportações determinava, através do efeito multiplicador, o crescimento da renda interna que pressionava, por sua vez, a demanda por produtos manufaturados criando um mercado para esses produtos e estimulando a fabricação desses bens, a nível interno, para esse mercado. Inicialmente essa produção cresceu para ocupar os espaços antes preenchidos pelas importações. Num segundo momento, o crescimento dessa produção industrial passou a depender do crescimento do mercado interno, o qual, por sua vez, dependia da expansão do setor exportador. A partir de um certo momento, o próprio crescimento industrial passou a contribuir para o crescimento da renda interna, ampliando assim o mercado interno. Entretanto, esse crescimento industrial não era suficiente para dar autonomia às atividades internas, ele ainda estava limitado pelo desempenho da economia agrícola-exportadora. Ou seja, em última instância, o crescimento industrial pré 1930 era uma extensão da economia exportadora. (SUZIGAN (1986, p.26)).

O desenvolvimento prodigioso da economia cafeeira, a partir do final do século passado, determinou a urbanização e o crescimento das

idades. Isto aconteceu devido à necessidade de uma rede de transportes, armazenagem do produto comercializado, assim como de financiamento. Além do que, o regime de assalariamento do trabalho ampliou o universo de consumidores potenciais de bens industrializados e isso elevou a demanda interna, possibilitando o fortalecimento da estrutura industrial existente além de estimular o surgimento de novas unidades produtivas. Essas atividades, ao se concentrarem nos centros urbanos, estimularam o processo de urbanização.

O desenvolvimento da economia cafeeira provocou, por outro lado, sistemáticas crises de superprodução a partir do início deste século. Essas crises provocavam baixas no preço internacional desse produto, uma vez que sua demanda, ao contrário da oferta, evoluía lentamente, mas firmemente, com a população e a urbanização (baixa elasticidade da demanda em função do preço). O resultado de uma oferta crescente associada a uma procura estável foi um desequilíbrio estrutural entre a oferta e a demanda que resultou num acúmulo gigantesco de estoques de café. Através de empréstimos conseguidos, em grande parte, em bancos estrangeiros se comprava e retirava o café do mercado como forma de evitar enormes prejuízos para produtores e para o país.

Entre 1927-29, ocorreram as maiores inversões em estoques de café financiados por empréstimos externos, assim como também, fortes entradas de capitais estrangeiros no país. Isso gerou uma situação cambial extremamente favorável e o governo adotou uma política de conversibilidade. Com a deflagração da crise mundial em 1929, o panorama da economia cafeeira nacional era o seguinte:

1. altos níveis de produção com perspectiva de mais crescimento, em razão das grandes plantações do período 1927-28;

2. impossibilidade de obtenção de crédito para financiar a retenção de novos estoques devido à:

2.1) profunda depressão do mercado internacional de capitais;

2.2) evaporação das reservas, em consequência da fuga em massa de capitais do país facilitado pela política de conversibilidade, o que fez desaparecer o crédito do governo.

Nesse contexto, o preço do café no mercado internacional caiu bruscamente. A queda do preço internacional do café associada à fuga vertiginosa de capitais provocou uma redução na soma de divisas do país que trouxe duas implicações fundamentais: desvalorização cambial e restrição às importações.

A queda no valor externo da moeda, que chegou a alcançar 40% (FURTADO (1985, p.187)), representou um grande alívio ao setor cafeeiro ao amenizar o impacto da baixa do preço internacional. Por outro lado, funcionou como estímulo à colheita do café contribuindo para a expansão do excedente de produção. Essa lógica de continuar colhendo café mais do que se podia vender levou à destruição de estoques como forma de se obter um novo equilíbrio entre oferta e demanda a um nível de preço mais alto. Essa política de compra e destruição dos estoques de café assume, na análise de Furtado, a dimensão de um importante instrumento da Política do Governo. Ao garantir preços mínimos de compra para o café, o Governo impedia o abandono do produto nos cafezais alimentando todo o complexo cafeeiro, o que evitava uma contração em grandes proporções na renda monetária, assim como também do nível de emprego, do próprio setor cafeeiro e, indiretamente, dos setores ligados ao mercado interno. Dessa forma é que o

setor cafeeiro, segundo Furtado, sustentaria os níveis de renda da economia brasileira durante a Grande Depressão, possibilitando a sua rápida recuperação logo a partir de 1932.

No contexto da crise internacional vigente à época, a retenção de estoques e sua conseqüente destruição se fez mediante uso de uma nova forma de financiamento. A ampliação do crédito propiciou uma expansão da renda interna que refletiu no poder de compra dos consumidores. Essa medida, entretanto, provocou uma expansão da base monetária e uma conseqüente desvalorização da moeda, dado o reduzido volume de divisas. Essa escassez de divisas, por sua vez, impedia uma cobertura cambial das importações e, por isso, a renda gerada pela expansão do crédito se voltou para o mercado interno pressionando os produtores internos. A opção por expansão do crédito interno agravou o desequilíbrio externo e gerou maiores depreciações da moeda. Essa política de retenção e destruição de parte da produção cafeeira, constituía-se, também, numa política de proteção à renda nacional ao suavizar os efeitos contracionistas da Grande Depressão pois, embora os preços pagos ao produtor tenham se reduzido, houve um crescimento da produção. Em suma, "a política de defesa do setor cafeeiro contribuiu para manter a procura efetiva e o nível de emprego em outros setores da economia". (FURTADO (1985 p.195)).

Outra implicação fundamental da redução na soma de divisas do Brasil no contexto da Grande Depressão foi a restrição às importações. A expansão do crédito interno promovia, via multiplicador, um aumento da renda final que mantinha, por sua vez, apesar da crise, uma demanda por importados. As desvalorizações do câmbio, que aliviavam o setor cafeeiro de maiores prejuízos com a queda internacional do preço da café, repercutiram



em elevação dos preços dos bens importados. Dada a escassez de divisas, tornava-se difícil cobrir essas importações.

Foram esses fatores que contribuíram decisivamente para a redução da demanda por importados. A partir disso, as demandas nacionais, antes supridas preferencialmente por importações, passam a ser satisfeitas, cada vez mais, pela oferta interna, ou seja, a procura por produtos nacionais tornou-se maior que a procura por produtos vindos do exterior. Nesse sentido, a procura interna tornou-se, durante a Grande Depressão, o novo elemento dinamizador da economia.

O setor que produz para o mercado interno passa a oferecer, então, melhores oportunidades de inversão que o setor exportador. Os capitais do setor cafeeiro, decadente e com baixo nível de rentabilidade, passaram a migrar ou para os setores ligados ao mercado interno, ou para outros setores da agricultura de exportação. A manutenção e aumento da taxa de rentabilidade dos setores voltados para o mercado interno favoreceu ainda mais o aumento do nível da procura interna e a queda das importações.

Em suma, a queda nos lucros do setor externo associada a uma elevação na taxa de rentabilidade do setor interno provocaram um desvio de capitais do setor exportador para o setor interno da economia nacional, o que impulsionou o crescimento das atividades ligadas a esse último setor.

A expansão das atividades ligadas ao setor interno se deu, num primeiro momento, com o aproveitamento mais intensivo da capacidade de produção já instalada, o que proporcionou altas taxas de rentabilidade para o capital aplicado. Foram os fundos provenientes das altas taxas de rentabilidade da indústria somadas aos do setor exportador, já com uma importância relativa menor, que criaram a capacidade para importar os bens

de capital, essenciais para a expansão subsequente das atividades internas. É importante observar que, dada a depreciação do valor externo da moeda, as importações de equipamentos se tornaram caras e uma alternativa criada para fazer frente a esse problema foi a importação, a preços mais baixos, de equipamentos de segunda mão provenientes de fábricas que haviam fechado em países mais fortemente atingidos pela crise.

Dessa maneira, a recuperação da economia nacional veio rápida e, comparativamente, forte. Para usar as palavras de Furtado:

“... a economia não somente encontrou estímulos dentro dela mesma para anular os efeitos depressivos vindos de fora e continuar crescendo, como também havia conseguido fabricar parte dos materiais necessários à manutenção e expansão da sua capacidade produtiva.” (FURTADO (1985, p.199)).

Finalmente, podemos concluir a respeito da argumentação de Furtado que:

1. a política de defesa do café impede uma queda, para patamares muito baixos, dos níveis de renda;
2. o choque da crise do café e da Grande Depressão restringem as importações, funcionando como uma proteção natural à incipiente indústria de transformação;
3. a decadência da economia cafeeira e as novas perspectivas de lucro das atividades internas motivaram a transferência de recursos do setor cafeeiro para este último.

## CAPÍTULO 3

## " Crítica à Tese Estruturalista "

Considerando a argumentação de Furtado quanto ao desenvolvimento da indústria brasileira ponto de referência para o presente trabalho, propomos, neste capítulo, uma confrontação dessa análise com outra, alternativa, como forma de qualificar a primeira e pôr à mostra, através de críticas, as fragilidades daquela forma de pensar o desenvolvimento da industrialização nacional.

Em sua versão sobre a história da industrialização do Brasil, Peláez propõe uma reformulação fundamental da "Tese Furtado" criticando a "teoria dos choques adversos" utilizada por ele e reinterpretando os estágios iniciais da industrialização no Brasil.

As questões econômicas fundamentais que foram trabalhadas por Peláez se referem:

1º) à especificação da fonte real dos fluxos financeiros para o programa de sustentação do café brasileiro. Segundo Peláez, a acumulação e destruição do café foram financiados por novos impostos em vez de por criação de moeda, o que torna necessária a reformulação da concepção da política fiscal dos anos 30 exposta por Furtado;

2º) à veracidade quanto a manutenção da renda do setor cafeeiro, e por conseguinte a verificação da existência ou não de plena recuperação da economia brasileira durante a Depressão e seus efeitos sobre a formação de capital no Brasil;

3º) à verificação da transferência de recursos reais para outros setores da economia.

Para Peláez, a compra e queima de grandes estoques de café não foram financiadas, preponderantemente, pela criação de dinheiro por parte das autoridades monetárias como defendeu Furtado, ao contrário. As políticas monetária e fiscal do Brasil nos sete primeiros anos da Depressão se caracterizaram, segundo ele, pela ortodoxia, sendo adotadas políticas de austeridade e equilíbrio orçamentário. O declínio do comércio externo trouxe problemas de ordem orçamentário para o país, promovendo políticas, por parte do governo federal, de aumento dos impostos e redução de gastos, que aprofundaram ainda mais os efeitos da crise mundial. Como o declínio do comércio externo privara o Brasil da fonte principal da renda governamental - impostos de importação - o governo elevou sensivelmente os impostos de consumo e renda e tentou impedir a expansão do estoque de moeda.

Peléez, dessa forma, rebate o argumento de Furtado quanto à recuperação da economia nacional através de políticas governamentais de compensação:

" Celso Furtado alegou que a economia brasileira se recuperou na década de 30, na base dos deficits substanciais, incorridos pelo governo

federal do Brasil. A análise de fatos aqui introduzidas prova que essa suposição é falsa. Só houve um deficit, o de 1932, que poderia ser considerado como uma política compensatória keynesiana e que foi ocasionado por um acidente histórico - a revolução paulista."( PELÁEZ (1972, pp.91-92)).

O próprio Peláez então conclui: "Não houve deficits orçamentários decorrentes das políticas cafeeiras."( PELÁEZ (1972, p.212)).

Passando adiante, Peláez afirma que a compra e destruição dos estoques de café foram financiadas, principalmente, pelos novos impostos de exportação. Em abril de 1931 um convênio assinado entre os Estados produtores de café estabeleceu um imposto em espécie de 10 xellins, pago em moeda estrangeira, incidente sobre cada saca de café exportado do Brasil. Os fundos arrecadados com esse imposto se destinariam à compra, para eventual destruição, de estoques cafeeiros com o objetivo de ajustar a demanda à oferta. De acordo com a tabela 3.1, em anexo, as maiores receitas verificadas pelo Conselho Nacional do Café(CNC), no período analisado, mostram a importância significativa do imposto de exportação na arrecadação deste órgão.(PELÁEZ (1972, p.43)).

O grosso do programa de sustentação do café teria sido, portanto, segundo a versão de Peláez, financiado pelos impostos. Isto implica que a renda gerada pelas despesas com a aquisição do café fora parcialmente anulada pelos impostos de exportação.

Quanto ao real impacto da Grande Depressão, as observações de Peláez indicam terem sido mais suaves os efeitos da crise no Brasil do que nos Estados Unidos. Entretanto, esses anos se caracterizaram em ambos os países

por uma estagnação econômica e um reduzido índice de formação de capital. Peláez se utiliza dos dados apresentados por Suzigan sobre a Renda Interna Bruta(RIB) aos preços de 1939 e sobre a Renda Interna Bruta per capita para comprovar a severa estagnação econômica do Brasil nos anos de 1930.(PELÁEZ (1972, pp.81-83)).

A deterioração da principal atividade econômica e produto de exportação conduziram o Brasil a um período de recessão que, por sua vez, provocou uma redução nos níveis de renda do setor cafeeiro e por que não dizer, de todo o país. Essa argumentação além de contrariar a de Furtado no que diz respeito à “Sustentação da Renda” do país pela economia cafeeira, nega que esse setor tenha sido a fonte das finanças industriais no período da Grande Depressão. A cobrança de novos impostos sobre o café exportado, com o fim de manter o programa de sustentação da economia cafeeira, teria afetado a renda disponível do setor, reduzindo-a. A redução da renda interna e o fato de que praticamente não existia um setor industrial de produção de bens de capital, fizeram com que a formação de capital no Brasil permanecesse estagnada durante o período da Grande Depressão.

Com relação a suposição utilizada por Furtado de que a industrialização foi viabilizada pela transferência de recursos líquidos da agricultura de exportação para a indústria urbana, em razão da maior rentabilidade da última, Peláez faz algumas qualificações.

Primeiramente, o mercado interno não se manteve em níveis elevados uma vez que a renda real per capita sofreu sensível declínio com a cobrança dos impostos de exportação. Em segundo lugar, Peláez considera que a industrialização no Brasil só se tornou possível após o fracasso e a

eliminação dos mecanismos de defesa do setor cafeeiro, ou seja, a prolongada intervenção do governo nos mercados cafeeiros impediu a industrialização no Brasil.

Para Peláez, no curto prazo, seria mais viável a transferência de recursos da produção de café para a de algodão, em decorrência da maior rentabilidade deste último nos anos da grande crise, conservando-se assim toda uma rígida estrutura da agricultura de exportação (terra, mão-de-obra, transportes, empresariado, capital e finanças), do que às atividades urbano-industriais. Essa transferência de recursos do cultivo do café para o do algodão poderia ter se processado de quatro modalidades diferentes. Primeiro através do plantio de algodão entre os cafeeiros, o que teria afetado o rendimento destes últimos, reduzindo-o, embora tenha impedido a falência de numerosos cafeicultores. Em segundo lugar, os cafezais abandonados entre 1930 e 1945 foram aproveitados para o cultivo de algodão e outros produtos. Em terceiro lugar, o deslocamento da força de trabalho do café para produção de algodão. Quarto, o capital da cafeicultura teria sido desviado para a cotonicultura de exportação através da utilização, no plantio de algodão, de grande parte do equipamento de transporte e maquinaria anteriormente empregados no café. Os recursos aplicados na compra e melhoramento das sementes de café teriam sido empregadas em sementes de algodão e na importação de máquinas para as plantações de algodão.

Peláez afirma que depois de realizada a transferência de recursos - terra, mão-de-obra e capital - para a produção de algodão e outros empreendimentos agrícolas, reduzem-se as possibilidades de existência de

recursos líquidos para investimento na indústria, desmentindo assim a "Tese Furtado".

Um outro ponto importante ao qual Peláez dispensa atenção é o relativo aos efeitos do Reajustamento Econômico. O Reajustamento Econômico constituiu uma forma de aliviar as pressões sobre os cafeicultores, de suas dívidas. Originou-se das reivindicações de que a renda do setor cafeeiro não fora protegida nos primeiros anos da Grande Depressão e de que as políticas cambiais do governo elevaram substancialmente a dívida dos agricultores.

O Reajustamento Econômico reduziu em 50% as dívidas dos agricultores contraídas com instituições bancárias antes de 30 de junho de 1933 e existentes a 1º de dezembro do mesmo ano. Seria financiado através de obrigações do governo federal concedido aos credores, com um rendimento fixo de 5% por ano, com vencimento em trinta anos. (PELÁEZ (1972, pp.134-135)).

É lógico pensar que o principal beneficiário da política de reajustamento foi a lavoura de café no estado de São Paulo, dado que esse estado era o maior produtor de café e o café era o produto agrícola mais importante no Brasil.

Alguns adeptos da "Tese Furtado" associam o Reajustamento aos argumentos de recuperação e transferência da renda na medida em que os efeitos multiplicadores do aumento das despesas verificadas mantiveram a demanda global em níveis elevados, proporcionando um mercado à indústria nacional quando as importações se encontravam reduzidas ao mínimo. Peláez faz de início objeção a existência de uma recuperação total da economia



brasileira nos anos de 1930, com base em argumentos acima expostos. Admite, entretanto, que o Reajustamento pode ter impedido que os níveis de renda recuassem a níveis inferiores aos que teriam prevalecido na sua ausência. A seguir mostramos a quantia máxima de emissões de obrigações pela Câmara de Reajustamento Econômico, para fazer frente à dívida dos agricultores, e que foi alterada em diversas oportunidades, como mostra Peláez:

	<i>Milhões de cruzeiros</i>
Decreto 24.233, de 12 de maio de 1934	500
Lei nº 368, de 4 de janeiro de 1937	750
Decreto-lei 729, de 22 de setembro de 1938	900
Decreto-lei 3048, de 13 de fevereiro de 1941	920
Decreto-lei 6627, de 16 de fevereiro de 1944	940

Peláez afirma que ainda assim, a repercussão do Reajustamento nos níveis de renda representaria ainda uma parcela insignificante das atividades econômicas. Em suas próprias palavras: " se admitirmos um impacto total de 800 milhões (de cruzeiros) para o período de 1937 a 1939, ainda representa uma parcela insignificante das atividades econômicas. Consequentemente, a repercussão do Reajustamento nos níveis da renda foi menos importante do que tem afirmado diversos autores". (PELÁEZ (1972, p.138))

## CONCLUSÃO

A respeito de tudo o que expomos acima, podemos fazer alguns comentários conclusivos.

A especificação das origens do capital industrial no Brasil é motivo de controvérsia, o que parece estar associado à falta de dados mais precisos e confiáveis relativos a atividade industrial nos períodos mais remotos da nossa História Econômica, assim como também, à pouca expressividade que esta atividade representava no contexto mais geral de uma economia primário-exportadora.

O desenvolvimento do capital industrial no Brasil é apresentado sobre diferentes interpretações, próprias a cada escola de pensamento. A respeito dessas interpretações sobre o desenvolvimento industrial brasileiro a partir de uma base agrícola exportadora, ver a página 2 deste trabalho. Essas interpretações divergem sobre os reais motivos que impulsionaram a industrialização do Brasil.

Alguns períodos da História Econômica brasileira e mundial centram-se no eixo do debate entre as diferentes escolas, sendo responsáveis pelo afloramento das diferenças entre cada uma. São eles:

- O período da crise do Encilhamento(1890-1891);
- Os anos da Primeira Guerra Mundial(1914-1918);
- A Crise do café no final da década de 1920 e a Grande Depressão durante a década de 1930.

Qualquer que seja a escola de pensamento analisada podemos verificar que, a partir do final do século passado, o processo de industrialização sofreu impulsos substanciais, ampliando a capacidade de oferta interna e permitindo uma relativa diversificação do aparelho produtivo.

De acordo com a análise clássica sobre o desenvolvimento da indústria brasileira realizada por Furtado, com os choques da crise do café e da Grande Depressão, em finais da década de 1920, houve uma ruptura no padrão de industrialização até então baseado na expansão do setor exportador dando início ao período de industrialização substitutiva de importações.

SUZIGAN(1986, P.27-28) qualificou essa diferenciação proposta por Furtado, acusando-a de subestimar o desenvolvimento industrial e a diversificação da produção industrial ocorridos antes de 1930, durante o período de crescimento induzido pela expansão das exportações, que não teria se limitado a bens de consumo e materiais de construção, como sugeriu Furtado, mas incluiu também a produção de insumos e bens de capital leves para os setores agrícola- exportador e de transportes e para o processamento de produtos de exportação.

VERSIANI(1982) enfatizou que a diversificação da produção industrial, especialmente durante a década de 1920, foi mais intensa do que em geral se acredita e que foi com base nessa diversificação e na utilização da capacidade ociosa existente na indústria têxtil que ocorreu o rápido crescimento da produção industrial durante a década de 1930.

O argumento defendido por Furtado de que a política de defesa do café teria mantido em patamares relativamente elevados os níveis de renda do setor cafeeiro foi rebatido por Peláez que considera que a política de defesa do café foi, na verdade, financiada pela cobrança de novos impostos

sobre o café exportado e não através da criação de crédito, como afirma Furtado. Dessa maneira, Peláez afirma que a política de gastos do governo federal com a compra e destruição dos excedentes de café era parcialmente anulada pela cobrança de novos impostos incidentes sobre o próprio setor cafeeiro, o que segundo ele, contrairia a renda líquida do setor, aprofundando os efeitos da crise.

FISHLOW(1972), embora aceitando parcialmente as críticas de Peláez, argumenta que, devido à inelasticidade da demanda externa do café, parte do novo imposto cobrado foi transferido para os consumidores externos, tornando o efeito-renda da política de defesa do café não tão insignificante quanto supôs Peláez, nem tão importante quanto imaginou Furtado.

SILBER(1973) vai de encontro aos argumentos de Peláez, inclusive insinuando que houve, por parte de Peláez, manipulação dos dados usados como fonte para suas estimativas, com o objetivo de fabricar um resultado. Segundo Silber, as informações contidas na análise de Peláez comprovando que as compras de café foram financiadas basicamente por impostos de exportação correspondem a uma parte da verdade. Ou melhor, correspondem ao financiamento de uma única safra(1931/1932), quando realmente se verificou que 65% das compras de café feitas pelo governo foram financiadas por impostos de exportação contra 35% por crédito do Banco do Brasil e do Tesouro Nacional. Entretanto, "se adicionarmos aos dados de Peláez os referentes à safra de 1933/34( a maior de todos os tempos) vemos que as fontes de financiamento mudam sensivelmente e as operações de crédito representam agora 52% contra 48% da arrecadação de impostos."(SILBER (1973, P.204)).

Ainda com base no efeito da política de defesa do café sobre a renda, SILBER(1973, p. 203,204) critica Furtado por não ter dado relevância à considerada primeira grande medida de defesa do setor cafeeiro: o empréstimo externo feito pelo governo do Estado de São Paulo em 1930 no valor de 20 milhões de libras, com o objetivo de financiar os cafeicultores. Essa crítica cabe também a Peláez que não considerou em seu estudo essa importante medida de apoio ao setor cafeeiro que, de certa forma, dá início a todo um conjunto de medidas compensatórias pro setor.

SUZIGAN(1986) não concorda que este fato mereça muito importância dado que o pagamento dos serviços desse empréstimo foi financiado com base num novo imposto sobre o café, o que obviamente reduzia o impacto do empréstimo sobre o nível de renda. Além do mais, Suzigan cita informações de que apenas 4 milhões de libras entraram efetivamente no país.(SUZIGAN (1986, p.62)).

Com relação ao argumento Furtadiano de que a depreciação da taxa de câmbio teria elevado os preços de importação e isso representava uma proteção à indústria nacional é, de fato, confirmado por outros autores - SUZIGAN e MALAN et alii(1977, p.382). Entretanto, esses mesmos autores têm defendido que não só a depreciação cambial protegeu e estimulou o crescimento da produção industrial no Brasil, outros fatores, tais como a intervenção do governo no controle das operações cambiais e restrição às importações, assim como também a elevação dos impostos de importação em 1930 e 1934, protegeram de forma substancial, da concorrência externa, a indústria de transformação emergente.

Essa idéia de Furtado não sofre qualquer restrição por parte de Peláez uma vez que ele simplesmente esquece esse importante elemento de

defesa da renda monetária do setor exportador e de proteção à indústria interna qual seja, a desvalorização cambial.

Outro importante elemento defendido por Furtado, dentro de sua linha de raciocínio, é que houve transferência de recursos do setor cafeeiro, em crise de acumulação, para outros setores com maiores perspectivas de rentabilidade, inclusive a indústria. Peláez, questionando essa tese, evidencia uma expansão da produção de algodão para exportação no Estado de São Paulo, na década de 1930, naquelas áreas antes ocupadas pelas plantações de café. De acordo com essa evidência, Peláez conclui que os lucros líquidos do setor cafeeiro foram transferidos para o setor algodoeiro e não para a indústria.

SILBER(1973, p.206) considera essa evidência insuficiente por achar que os lucros líquidos do setor café pode não ser a única fonte de recursos transferíveis para o setor industrial.

VILLELA e SUZIGAN(1973, p.188) ressaltam a importância do mercado interno nos anos 30 ao demonstrarem que além da expansão da cultura do algodão, tanto para exportação quanto para o consumo da indústria doméstica de tecidos de algodão, ocorreu também uma grande expansão na produção de produtos agrícolas para o mercado interno.

SUZIGAN(1986, p.63) ressalva que, embora se verifique uma recuperação dos investimentos em 1933-1935 e um aumento substancial destes em 1936-1939, não há como mensurar até que ponto esses investimentos foram financiados pelas transferências de recursos do setor cafeeiro exportador.

SILBER(1973) aponta ainda outros pontos menos importantes das análises de Furtado e Peláez que também merecem considerações.

Primeiramente, Furtado omite de sua análise sobre a proteção dada ao setor cafeeiro o papel desempenhado pelo Conselho Nacional do Café (CNC) e pelo Departamento Nacional de Café(DNC), responsáveis diretos pela execução da política de defesa do setor café durante a década de 30. A esses órgãos coube a responsabilidade pela taxaço do café exportado, o controle da oferta de café no mercado internacional, as compras internas e a desvalorização cambial.

Em segundo lugar, Furtado não distingue as duas facetas da política de sustentação do café: a que prejudica o desenvolvimento industrial, antes de 1930, ao manter, através de um preço mínimo de compra, a atratividade do setor cafeeiro impedindo assim a diversificação da produção e uma outra, durante a década de 30, que, ao permitir o aumento da demanda interna por produtos anteriormente importados, estimula a industrialização. Peláez fixa-se exatamente na primeira para desenvolver sua análise e concluir que a defesa do setor cafeeiro implicou um atraso industrial durante a década de 1930.

Quanto ao argumento de Peláez de que a política monetária e fiscal se caracterizaram, durante a década de 1930, pela ortodoxia, é considerado por Silber como um erro de interpretação, pois a "realidade econômica" nem sempre coincide com as intenções expressas nos discursos e documentos políticos. Os dados estatísticos considerados por Silber dão conta de que houve uma expansão monetária substancial durante a década de 30(superior a 100%), além do que foram freqüentes os déficits do governo no período.

Finalmente, Silber aponta como fator relevante para explicar o desenvolvimento industrial, durante a década de 1930, a demanda. A

manutenção da Demanda Agregada e a desvalorização real do câmbio estimularam o crescimento da demanda interna.

Dessa maneira, tentamos por à mostra os pontos principais do debate que se trava sobre a História da Industrialização do Brasil, mais especificamente sobre os reais impactos da crise do café e da Grande Depressão nesse processo, reconhecendo que, o grau de importância desse assunto associado à intensividade e profundidade com que ele pode, e deve, ser tratado a nível acadêmico, nos torna conscientes, por um lado, das limitações e fragilidades desse trabalho assim como também, por outro lado, das perspectivas de aprofundamento do tema.



## TABELA 3.1

## BRASIL — RECEITAS E DESPESAS DO CONSELHO NACIONAL DO CAFÉ

Maio de 1931 a Abril de 1932

(Mil Contos)

## A. RECEITAS

1. Taxas de Exportação (a)	447,8
2. Outras (b)	2,0
3. Vendas de Café	,01
4. Crédito do Banco do Brasil (c)	292,8
5. Vendas de Sacas	1,5

---

TOTAL 744,11

## B. DESPESAS

1. Sustentação do Café (d)	474,1
2. Administração	3,0
3. Compras de Estoques p/ o Governo Federal	221,1
4. Despesas do Crédito do Banco do Brasil	4,5
5. Adiantamento p/ o Serviço do Empréstimo p/ a Conversão do Café	39,4
6. Subsídios aos Cafeicultores	,2

---

TOTAL 742,3 (e)

(a) Pagamento líquido do Empréstimo para a Conversão do Café

(b) Juros dos depósitos bancários, descontos e multas

(c) Pagamento líquido (d) Compras, destruição, etc.

(e) Embora os números tenham sido arredondados, a discrepância entre as receitas e as despesas já existia nos dados originais.

FONTE: Conselho Nacional do Café, "Relatório", Rio, 1932, págs. 10-11. (PELÁEZ (1972, p.51))

## BIBLIOGRAFIA:

- FURTADO, Celso. *Formação Econômica do Brasil*, 22ª edição, Companhia Editora Nacional, 1987, 242pp, volume 23.
- PELÁEZ, Carlos Manuel. *História da Industrialização Brasileira; Crítica à Teoria Estruturalista no Brasil*, APEC, Rio de Janeiro, 1972, 241pp.
- SUZIGAN, Wilson. *Indústria Brasileira: Origem e Desenvolvimento*. Brasiliense, São Paulo, 1986, 403pp.
- VERSIANI, Flávio Rabelo. In: VERSIANI, Flávio Rabelo e MENDONÇA, José Roberto de B., ed. *Formação Econômica do Brasil: a Experiência da Industrialização*. Saraiva, São Paulo, 1977. pp. 121-142.
- SILBER, Simão. In: VERSIANI, Flávio Rabelo e MENDONÇA, José Roberto de B., ed. *Formação Econômica do Brasil: a Experiência da Industrialização*. Saraiva, São Paulo, 1977, pp.173-207.
- BAER, Werner. *A Industrialização e o Desenvolvimento Econômico do Brasil*. Trad. de Paulo de Almeida Rodrigues. 2ª ed. Ed. Fundação Getúlio Vargas, Rio de Janeiro, 1975, 429pp.
- DEAN, Warren. *A Industrialização de São Paulo*. Trad. de Octávio Mendes Cajado. 2ª ed. DIFEL. Corpo e Alma do Brasil, São Paulo, [s.d.], 269pp.

IANNI, Otávio. *Industrialização e Desenvolvimento Social no Brasil*.  
Civilização Brasileira, Rio de Janeiro, 1963, 269pp.

PRADO, Caio Jr. *Formação do Brasil Contemporâneo*. 4ª ed, Editora  
Brasiliense, São Paulo, 1953, 390pp.

BARBOSA, Antonio Horacio Jr. *Aspectos da Crise da Economia Escravista no  
Brasil, sua Derrocada e a Gênese do Processo de Industrialização  
Nacional*. Fortaleza, 1993, 83pp. Monografia - Curso de Ciências  
Econômicas da Universidade Federal do Ceará, 1993.